SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/05/2015 - Sinttel-ES

Prestadoras fazem proposta de reajuste

Aconteceu em São Paulo, nos dias 14 e 15 de maio, a segunda rodada de negociações visando reajustes salariais, dos benefícios e melhorias nas condições de trabalho da Convenção Coletiva Nacional com o Sinstal, Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações. Diferentemente de anos anos anteriores, a Comissão de Negociações dos Trabalhadores (Fenattel) conseguiu arrancar uma proposta, que será levada para apreciação dos/as trabalhadores/as.

Os sindicatos endureceram o discurso. Nos anos anteriores, a Comissão dos trabalhadores mostrava para os patrões a necessidade de se ter uma Convenção Coletiva que de fato pudesse dar garantias aos/as trabalhadores/as em telecomunicações, pricipalmente, em estabelecer pisos salariais dignos. Os/as trabalhadores/as nas empresas prestadoras sempre reclamavam que os valores de pisos não eram condizentes com as atividades realizadas por eles. Mas, os representantes das empresas nunca foram sensíveis ao ponto de enxergar essa realidade.

E a Comissão não abriu mão de lutar para ter uma Convenção Coletiva que estabelecesse valores de pisos decentes, pois, do contrário, os sindicatos voltariam a fazer os acordos coletivos por empresa, onde é possível buscar avanços de outra forma. Os representantes das empresas (Sinstal) entenderam o recado e, depois de muito debate, uma proposta foi apresentada. A Comissão de negociação considerou satisfatória para ser levada às assembleias e avaliada pelos empregados.

"É claro que ainda falta muito para que os sindicatos considerarem essa a proposta de Convenção Coletiva que queremos. Porém, temos que reconhecer que o avanço, nesta negociação, foi razoável", disse o presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann, que participou de todas as discussões em São Paulo.

Uma novidade para este ano é a inclusão de mais pisos por cargo, principalmente para os Multskill ou multifunção, dependendo da empresa. Isto é interessante, pois já é uma realidade. O trabalhador em telecomunicações executa um conjunto de atividades que antes eram executadas separadamente. Por exemplo, um Instalador realizava instalação ou manutenção em telefone fixo, que chamamos de LA, e outro executava a ativação de Banda Larga. Hoje, estas atividades são executadas por um único trabalhador. Nada mais justo que a sua remuneração seja maior, tendo em vista que um este trabalhador faz o trabalho que envolvia outros empregados.

Reunião de negociação com o Sinstal

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Proposta das empresas:

Pisos Salariais por função:
Instalador (IRLA/OSC): R$ 1.116,00
Atendente: R$ 1.066,00
Cabista: R$ 1.240,00
Técnico de ADSL: R$ 1.463,00
Técnico de fibra ótica: R$ 1.580,00
Técnico de telecomunicações: R$ 1.240,00

Multifunção/Multskil: R$ 1.464,00: empregados/as qualificados como Instalador Multifunção, devidamente credenciado para exercer atividades de instalações e reparos de LA, ADSL, TUP e TV em par metálico.

Multifunção/Multskil: R$ 1.590,00: empregados qualificados como Instalador Multifunção, devidamente credenciado para exercer atividades de instalações e reparos de L.A, ADSL, TUP e TV) em fibra ótica.

Para os demais salários que não se enquadram em nenhuma das funções acima o reajuste será de 8,42%;

Vale-refeição/alimentação VA/VR: passará para R$ 14,52, por dia trabalhado. Para os tíquetes acima deste valor, será corrigido em 9%.

Será pago a título de gratificação extra de férias, um crédito de R$ 100,00 de VA/VR.

Auxílio-creche: passa para R$ 191,92

Há ainda melhorias em algumas cláusulas sociais/sindicais, que vamos divulgar posteriormente.

Pedimos aos trabalhadores que fiquem atentos, pois, divulgaremos os locais, datas e horários das assembleias. O Sinttel-ES pretende realizar as assembleias até o dia 29 de maio e colocar a proposta em apreciação pela categoria.

18/05/2015 - Telesíntese

Telecom Italia é multada em 104 milhões de euros

Corte superior da Italia concordou com decisão da autoridade antitruste local e entendeu que a operadora abusou de sua posição dominante.

A Telecom Italia, controladora da TIM Brasil, terá de pagar multa de 103,8 milhões de euros por abuso de posição dominante, obstruindo o acesso de concorrentes a sua rede fixa de atacado entre 2009 e 2011. O processo foi movido pelas rivais Fastweb e Wind, mas teve apoio também de Vodafone Italia e Tiscali. A companhia não se pronunciou a respeito da decisão.

Em 2013 a autoridade de competição da Itália aceitou as reclamações e estipulou a multa. Dede então a operadora vinha recorrendo na expectativa de protelar o pagamento, até a decisão tomada na sexta (15) pelo Conselho de Estado (semelhante a um tribunal superior federal). De acordo com o jornal local Il Sole 24 Ore, a decisão abre precedente para que as empresas busquem ações por perdas e dano. Uma delas, da Fastweb, pede ressarcimento de 1,7 bilhão de euros. (Com agências internacionais)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/05/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – A obrigação da Anatel com o Marco Civil

Termina hoje, dia 19, o prazo do que a Anatel chamou de "contribuições para a consulta pública 8/2015 sobre o Marco Civil da Internet (MCI)". Apesar de entender que o processo desencadeado pela agência não é uma consulta pública, o grupo de especialistas do qual fazem parte o Instituto Telecom e o Clube de Engenharia, considerou importante contribuir sobre os cinco temas elencados. Encaminhamos as propostas abaixo.

No tema relativo à prestação adequada de serviços e aplicações, consideramos ser altamente desejável que haja informações claras e transparentes aos usuários sobre a forma de gerenciamento do tráfego. Como isso não é suficiente para garantir a ausência de danos, destacamos a necessidade de haver uma fiscalização permanente para inibir e detectar desvios de condutas e abusos por parte dos agentes envolvidos na prestação dos serviços e aplicações.

No que diz respeito ao segundo tema – Relações entre os agentes envolvidos – alertamos para o tratamento de condutas anticompetitivas. Para o Instituto Telecom e o Clube de Engenharia, "as ferramentas de tratamento de condutas anticompetitivas, como por exemplo, o PGMC (Plano Geral de Metas de Competição), deveriam ter emprego em todos os estágios dos relacionamentos entre os agentes da internet. O posterior ajuste periódico dessas regras poderia ser realizado na medida da verificação de uma estabilidade do ecossistema".

Quanto ao terceiro tema, Modelo de negócios, não temos nenhuma dúvida de que "a melhor forma de tratar a regulamentação para a neutralidade é a prestação do serviço de infraestrutura em regime público, estabelecido para os recursos no atacado. Dada à essencialidade da internet estabelecida pelo MCI, e de acordo com a LGT que diz que um serviço essencial não deve ser prestado apenas no regime privado, conclui-se que, tal como a telefonia foi considerada por ocasião da privatização, o provimento dos recursos essenciais ao oferecimento do acesso banda larga à internet deveria ser colocado em regime público. Os requisitos de universalização, continuidade, modicidade tarifária, bens reversíveis, possibilidade de utilização dos recursos do Fust, com isso, estariam todos garantidos".

Os temas quatro e cinco nos pareceram óbvios: Tratamento de comunicações de emergência e Bloqueio de conteúdo a pedido do usuário. "Não vemos dificuldade em elencar todas as possíveis exceções à neutralidade de rede para serviços de emergência. Os agentes reguladores e fiscalizadores, conhecedores das necessidades desses serviços, deveriam ser os responsáveis pelo estabelecimento das regras para o cumprimento dessa tarefa". E uma vez "satisfeitas algumas regras estritas para determinação de autoria e de responsabilidade, dever-se-ia permitir o bloqueio de conteúdos específicos e listados pelo agente regulador ou autoridades que tenham essa prerrogativa, no sentido da proteção do cidadão ou da sociedade".

Restam ainda duas questões importantíssimas: Como a Anatel vai pesar ou equilibrar as contribuições da sociedade civil com as do empresariado? Qual será o texto final da Anatel? Isso precisa vir a público de forma clara e transparente, daí a urgência de uma real consulta pública que exponha a visão da Anatel. Não se trata de uma escolha e, sim, de uma obrigação da agência.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/05/2015 - Telesíntese

Operadoras conectaram 84 mil escolas públicas desde 2008

Desse total, 66 mil são escolas públicas urbanas e 18 mil são instituições de ensino localizadas nas áreas rurais dos municípios.

A Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) divulgou nesta segunda-feira (18) um balanço parcial dos programas de conexão gratuita de escolas públicas pelas operadoras de telefonia fixa e móvel. Ao todo, as empresas conectam 84 mil escolas com banda larga. A associação não divulgou a velocidade média da conexão nem tecnologias mais utilizadas.

Pelo Programa Banda Larga nas Escolas, definido no âmbito do PGMU e que prevê que as concessionárias levem conectividade banda larga a 100% das escolas públicas urbanas, são 66 mil escolas urbanas conectadas, de ensino fundamental ou médio. As conexões neste programa são feitas exclusivamente para os laboratório de informática do estabelecimento.

Outras 18 mil escolas estão na área rural e recebem conexão à internet em sua grande maioria pelas redes de terceira geração (3G) da telefonia móvel, atendendo às obrigações de conectividade de áreas remotas do país, dispostas no edital do leilão de 2,5 GHz.

O Programa Banda Larga nas Escolas começou a ser implantado em 2008 e tinha, inicialmente, uma meta de conectar 55 mil instituições de ensino. Esse total, no entanto, foi progressivamente ampliado para alcançar novas novas escolas públicas de ensino, identificadas pelo censo escolar, que passaram a integrar as áreas urbanas dos municípios. Entre essas instituições de ensino estão escolas municipais, estaduais e federais.

O programa foi uma troca das metas contratuais de universalização dos serviços entre operadoras e governo. As metas iniciais, que previam a instalação de Postos de Serviços de Telecomunicações (PSTs) – com orelhões e computadores para acesso discado à internet –, foram trocadas pela obrigação de levar infraestrutura de redes em banda larga (backhaul) a todos os municípios brasileiros. (Com assessoria de imprensa)

18/05/2015 - Vermelho

Fundador do PSDB, Marinho recebe R$ 45 mil por mês sem trabalhar

Afastado por corrupção há 9 meses, conselheiro do Tribunal de Contas de São Paulo recebe remuneração de mais de R$ 45 mil por mês, mesmo sem trabalhar. Robson Marinho é fundador do PSDB, ex-deputado federal pelo partido e foi chefe da Casa Civil do governo Mário Covas, seu padrinho político.

Apesar de a Justiça ter determinado o afastamento 'sem prejuízo dos vencimentos', Marinho extrapola em R$ 15,3 mil o teto salarial fixado em R$ 30,4 mil no artigo 37 da Constituição Federal. A legislação federal permite que o servidor exceda o teto somente se tiver direito a verbas indenizatórias, o que não é a natureza de nenhum contracheque do conselheiro.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Fundador do PSDB, Robson Marinho continua a receber mais de R$ 45 mil por mês do TCE-SP mesmo sem trabalhar.

Marinho possui duas fontes de renda. Recebe seu salário como conselheiro via Tribunal de Contas – no valor de R$ 30,4 mil – e também um vencimento a título de pensão parlamentar via administração geral do Estado – estimada em R$ 15,3 mil.

O conselheiro foi deputado estadual pelo MDB de 1975 a 1983 e deputado federal pelo PSDB entre 1987 a 1991. Marinho, de 64 anos, também foi chefe da Casa Civil do governo Mário Covas (PSDB), seu padrinho político. Em 1997, o tucano o nomeou para o TCE.

O Estado tentou falar com o conselheiro afastado. Seu assessor, o procurador José Eduardo de Mello Barbosa, afirmou que o assunto é "um problema particular do conselheiro". Ele disse que não tinha informações sobre o recebimento dessas importâncias por parte do conselheiro afastado.

"Aqui (no gabinete do TCE) nós não temos essa informação. É um problema particular do conselheiro. Não temos acesso. Não tenho condições nem competência, nem avaliação sobre o que ele pode ou não pode receber", afirmou Barbosa.

Corrupção

Robson Marinho está afastado de suas funções desde agosto do ano passado, por ordem judicial. O conselheiro está sob suspeita de ter recebido na Suíça US$ 2,7 milhões em propinas da multinacional francesa Alstom, entre os anos de 1998 e 2005. A Promotoria acusa Marinho de enriquecimento ilícito, sustenta que ele lavou dinheiro no exterior e afirma que o conselheiro de contas participou de um "esquema de ladroagem de dinheiro público". O afastamento de Marinho foi decretado pela juíza Maria Gabriella Spaolonzi Pavlópoulos, da 13.ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O Tribunal de Justiça do Estado manteve a decisão de primeiro grau.

A Justiça considera que todos os elementos colhidos aos autos tornam plausíveis os indícios "de que a idoneidade de Marinho não se apresenta compatível com o quanto necessário para o exercício da função de conselheiro do Tribunal de Contas". A permanência de Marinho no cargo "poderá comprometer, inclusive, a regularidade da instrução processual".

Eduardo Bittencourt Carvalho, conselheiro aposentado do TCE, também está recebendo além do teto salarial permitido pela Constituição. Longe do tribunal desde abril de 2012, Carvalho possui salário de R$ 30,4 mil referente ao cargo de conselheiro e recebe também R$ 15,3 mil a título de pensão parlamentar. Carvalho foi deputado estadual pelo PL por dois mandatos: de 1983 a 1987 e de 1987 a 1991. O ex-conselheiro não foi localizado pela reportagem.

Ele é alvo de uma ação de improbidade movida pela Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, sob acusação de enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro. Carvalho amealhou patrimônio estimado em R$ 50 milhões no exercício do cargo de conselheiro de contas, segundo investigação da Procuradoria e da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. A ação foi aberta em março de 2014 apor ordem do juiz Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, da 1.ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/05/2015 - CUT

Terceirização nas atividades-fim é condenada em audiência da CDH

O presidente da Comissão lembrou que 90% da população é contrária à proposta

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou nesta quinta-feira (14) uma audiência que debateu "A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo". O auditório Petrônio Portela ficou lotado de representantes dos trabalhadores e de movimentos sociais, e o principal alvo foi o PLC 30/15, enviado pela Câmara, que tem como objetivo regulamentar a terceirização.

Um dos participantes foi o presidente do Senado, Renan Calheiros, que deixou claro que o Senado não deverá trabalhar com a mesma filosofia da proposta como ela foi votada pela Câmara, liberando a terceirização nas atividades-fim das empresas.

— Nosso papel aqui será regulamentar pra quem já é terceirizado. Não vamos transformar os outros 40 milhões de trabalhadores em terceirizados também, não podemos praticar este "liberou-geral" — defendeu.

Renan lembrou ainda que o Senado realizará na próxima terça-feira uma sessão temática em Plenário sobre a proposta. Esta sessão será aberta para a participação da sociedade, e esta será a postura da Casa durante toda a tramitação.

— Precisamos tirar a terceirização da zona cinzenta em que se encontra, mas sem revogar qualquer direito dos trabalhadores — disse Renan.

Críticas

O presidente da Comissão, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que pesquisas de opinião já mostram que cerca de 90% da população é contrária à proposta. O senador vê que o Ministério do Trabalho não terá condições de fiscalizar as situações análogas à escravidão se a proposta for aprovada como está.

Ele ainda lamenta que alguns setores ligados ao sindicalismo estejam apoiando o projeto.

— Estamos esperando que vocês reflitam melhor sobre a posição que tomaram, estamos aguardando. Cerca de 80% dos casos de acidentes no trabalho envolvem terceirizados. Quem tem compromisso com a classe trabalhadora não pode apoiar isso.

O senador Telmário Mota (PDT-RR) também teceu duras críticas.

— Liberar a terceirização para as atividades-fim é retornar à escravidão. Forças muito poderosas estão por trás desta iniciativa, a sociedade precisa estar atenta.

O senador também elogiou o Senado por ter regulamentado recentemente a PEC das Domésticas e defendeu o fim do fator previdenciário.

Fátima Bezerra (PT-RN) conclamou todas as centrais sindicais e movimentos sociais a se unirem contra a proposta. Afirmou que seu partido é contrário e lamentou que o Congresso esteja passando pelo que entende ser "uma fase conservadora".

— Isso se reflete na aprovação deste projeto, na diminuição da idade penal, e até mesmo na forma como vem sendo conduzida a reforma política.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propôs que o Senado se transforme "numa trincheira" contra o PLC 30/15. E chamou de "pelegas" as centrais sindicais que o apoiam.

— Não passarão. É uma mentira, uma falácia dizer que este texto como está cria direitos. — afirmou o representante do Amapá.

Substitutivo

Paim recebeu da representante do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores, Magda Biavaschi, uma proposta de substitutivo para o projeto.

— Nosso principal objetivo é derrubar a proposta. Mas se não for possível este substitutivo balizará nossa ação aqui — disse o senador.

A proposta do Fórum, segundo relatou Magda, proíbe a locação da mão-de-obra; veda a adoção da terceirização nas atividades-fim; determina igualdade de direitos entre trabalhadores formais e terceirizados dentro de uma empresa; estabelece que a representação sindical dos terceirizados se dará pelo sindicato preponderante; e determina a responsabilidade solidária entre as empresas contratantes e contratadas.

Sindicalistas

O representante do Ministério Público do Trabalho, Helder Amorim, garantiu que liberar as atividades-fim para as empresas seria "inconstitucional", e impõe a lógica da escravidão nas relações trabalhistas.

Para Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o PLC como está na prática revoga a CLT.

— O texto inteiro é uma catástrofe para a classe trabalhadora. Nem o regime militar tentou revogar a CLT, que é o que esse projeto faz.

Freitas alega que o projeto segue a "lógica neoliberal" em que as empresas não teriam trabalhadores, mas colaboradores.

— Não vai mais ter férias, décimo-terceiro salário, nem carteira assinada. Precariza de forma muito radical as relações de trabalho.

Maria Rosa Campos, do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, lembrou que mais de 185.000 terceirizados já tem processos na Justiça por terem sofrido calotes de empresas contratantes.

E Edson Carneiro, da Intersindical, rebateu a visão de que a proposta seria "modernizante".

— Nada mais velho do que reduzir custos aumentando a exploração sobre os trabalhadores, revogando direitos. Este projeto como está formaliza a barbárie na sociedade brasileira.

18/05/2015 - CUT

Por que a fórmula 85/95 vai melhorar as aposentadorias

Proposta, elaborada em 2009 em conjunto pela CUT, centrais e governo Lula, é fruto de consenso e vai deixar o fator previdenciário para trás

A fórmula 85/95, aprovada nesta semana pela maioria dos deputados, vai melhorar bastante a vida dos futuros aposentados, na opinião da CUT. Vai diminuir o tempo para se aposentar e ainda vai aumentar o valor das aposentadorias.

Ao contrário do que muitos estão imaginando, as pessoas não terão de ter 85 anos ou 95 anos de vida para se aposentar. Nada disso.

A fórmula é simples. Os trabalhadores e trabalhadoras vão poder somar a idade e o tempo de contribuição à Previdência para se aposentar sem desconto.

Acompanhe:

Idade + tempo de contribuição = 85 (mulheres) e 95 (homens). Se a conta bater, o trabalhador ou trabalhadora terá aposentadoria integral.

Pelas regras, os homens têm de contribuir 35 anos para a Previdência. As mulheres, 30.

Vamos citar dois exemplos básicos:

Homem com 60 anos + 35 anos de contribuição = 95 (aposentadoria sem desconto)

Mulher com 55 anos + 30 anos de contribuição = 85 (aposentadoria sem desconto)

A idade das pessoas pode variar caso a caso, já que muitos começam a trabalhar desde muito cedo, e tantos outros trabalham alguns períodos sem fazer contribuições à Previdência – seja porque ficam um tempo sem carteira assinada ou não pagam o Guia da Previdência Social (GPS), quando autônomos.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

"O que não muda é a certeza de que com a Fórmula 85/95 os brasileiros e brasileiras vão ter uma situação bem melhor do que a atual", diz Vagner Freitas, presidente nacional da CUT.

Fator previdenciário

Hoje em dia existe o fator previdenciário, criado pelo governo FHC (PSDB), em 1998, que estica o tempo de trabalho das pessoas e encolhe as aposentadorias.

Com o fator previdenciário criado pelo FHC, mesmo quando o trabalhador e a trabalhadora já pagaram 30 anos ou 35 anos para o INSS, não podem se aposentar com o ganho integral, por causa da chamada "tábua de expectativa de vida".

Ao longo das últimas décadas, a idade média da população vem subindo, em função das melhorias no atendimento médico, habitação e saneamento. Nossa expectativa de vida sobe todos os anos.

Por causa do fator previdenciário do FHC, toda vez que a expectativa de vida sobe, aumenta o tempo de trabalho necessário para se aposentar. É uma situação perversa que poderia ser ilustrada com a imagem de um pedestre que corre atrás de um carro veloz: vai tentar, mas nunca conseguirá alcançar.

Caso cansem de esperar, já que a tábua de expectativa de vida não para de subir, o trabalhador ou a trabalhadora se aposentam com o desconto criado pelo fator previdenciário.

Como surgiu a 85/95

A Fórmula 85/95 acaba com essa distorção. A 85/95 foi elaborada e negociada em conjunto, em 2009, pela CUT e as outras cinco maiores centrais, a Secretaria Geral da Presidência, o Ministério da Previdência e o então deputado federal Pepe Vargas (PT-RS), no segundo mandato do governo Lula. O projeto seguiu então para o Congresso.

No ano seguinte, com nova composição, o Congresso deixou o projeto na gaveta, até que, na última quarta-feira, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sacou a proposta, logo depois aprovada em plenário.

"O governo Fernando Henrique, com o fator previdenciário, retirou direitos dos trabalhadores. Já a proposta aprovada pela Câmara é resultado de um amplo debate. Sua adoção será um antídoto para a distorção existente hoje. Como regra de transição, vai respeitar o tempo de trabalho e de contribuição das pessoas", avalia Vagner, presidente da CUT.

Mais vantagens

Outra mudança vai beneficiar aqueles que já tiverem tempo de contribuição, mas que ainda não atingem a soma 85 ou 95, por causa da idade.

A partir do momento em que atingirem o tempo de contribuição, além de a tábua de expectativa de vida ficar congelada, cada ano seguinte de trabalho vai valer por dois.

Dois exemplos:

Um homem com 50 anos + 35 anos de contribuição = 85

Matematicamente, ele deveria trabalhar mais dez anos. Porém, como cada próximo ano de trabalho passará a valer dois, pois serão somados o ano de vida e o ano de contribuição, ele terá de trabalhar só a metade, ou seja, cinco anos, para se aposentar sem descontos.

Uma mulher com 45 anos +30 de contribuição = 75

Da mesma forma que o exemplo anterior, essa trabalhadora deveria puxar mais 10 anos de trabalho. Com as novas regras do 85/95, esse tempo cai para cinco anos.

Comprovar tempo de contribuição ficará mais fácil

Para ter uma ideia de como atualmente o tempo de contribuição – o precioso tempo em que o trabalhador e a trabalhadora pagam a Previdência – é pouco valorizado pelo sistema, basta citar que apenas 26% das aposentadorias no Brasil são concedidas por esse critério. A grande maioria, 56%, são por idade, o que significa que as pessoas não conseguem comprovar a contribuição.

A Fórmula 85/95 cria novos mecanismos para mudar isso e dar mais oportunidades para as pessoas terem e comprovarem o tempo de contribuição. Confira as propostas neste sentido:

- a tábua de expectativa de vida não vai mais ser considerada para fins previdenciários para quem já tiver atingido 30 ou 35 anos de contribuição. A tábua será congelada, ou seja, a idade mínima de contribuição não vai aumentar todo o ano;

- o trabalhador que estiver desempregado e recebendo o seguro- desemprego vai poder contar esse período como tempo de contribuição para a Previdência. Dessa forma, vai diminuir lacunas ao longo da sua vida laboral;

- o aviso prévio também será considerado como tempo de contribuição;

- garantia de que todos os trabalhadores que estiverem a 12 meses de se aposentar tenham estabilidade no emprego, da mesma forma como já acontece em vários acordos e convenções coletivas de categorias como metalúrgicos, bancários, químicos, eletricitários, etc.

Os meios de comunicação tradicionais já estão alardeando que essa mudança, embora boa para os trabalhadores, vai piorar as contas do governo e prejudicar o Brasil.

"Não se pode esquecer, no entanto, que a valorização das aposentadorias vai injetar mais dinheiro na economia, o que faz girar o comércio e os serviços e gera mais empregos e salários. É isso que faz a arrecadação subir e manter o País forte. E que deixa o povo mais feliz", diz Vagner.

Voltaremos a esse assunto na próxima semana. Mostraremos que essa mudança não provocará "rombo" na Previdência, como estão dizendo os analistas e jornalistas conservadores.

Como ficam as contas da Previdência

Na primeira linha, veja como funciona para quem atingir o 85/95. Abaixo, como ficará mais fácil para quem já tem tempo de contribuição

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/05/2015 - RBA

OIT: três em quatro trabalhadores não têm relação de emprego estável

Segundo a organização, o modelo tradicional (com salário, empregador e jornada completa) é 'cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual'

Apenas um quarto dos trabalhadores em todo o mundo têm uma relação estável de emprego, segundo informe divulgado nesta segunda-feira (18) pelo Organização Internacional do Trabalho. De acordo com o documento, 75% estão empregados sob contratos temporários ou de curto prazo, em serviços informais e "com frequência" sem nenhum contrato. O que a OIT chama de "modelo standard" – com salário, relação direta com um empregador, emprego estável e com jornada completa – é, segundo a entidade, "cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual".

Isso se constata em um momento em que a economia mundial não cria número suficiente de postos de trabalho para absorver a mão de obra. De acordo com a OIT, o total de desempregados chegou a 201 milhões em 2014. "Dar trabalho às mais de 40 milhões de pessoas que se incorporam ao mercado a cada ano é um desafio de enormes proporções."

Mais de 60% dos trabalhadores não têm qualquer tipo de contrato, informa a organização. "A maioria está empregada em trabalhos por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares nos países em desenvolvimento", diz a OIT. Além disso, mesmo entre os assalariados menos da metade (42%) tem um contrato permanente.

No total, 60,7% não têm contratos de trabalho. A média sobe para 66,93% no Brasil (com dados de 2012), mas o informe da OIT aponta apenas Brasil, Rússia e Estados Unidos como países que viram o emprego em tempo integral cresce no período 2009-2013.

Apesar dos dados negativos, o trabalho remunerado e assalariado cresce no mundo, mas com grandes diferenças entre regiões, variando de dois empregados em cada dez (Ásia Meridional e África Subsahariana) a oito (economias desenvolvidas e parte da Europa). Outra tendência é o crescimento do trabalho em tempo parcial, principalmente entre as mulheres jovens. "Na maioria dos países com informação disponível, os empregos em tempo parcial cresceram com maior rapidez que os com jornada completa entre 2009 e 2013", aponta o relatório.

"Esses novos dados indicam um mundo do trabalho cada vez mais diversificado. Em alguns casos, as formas atípicas de emprego podem ajudar as pessoas a ingressar no mercado. Mas essas tendências emergentes também são o reflexo da insegurança generalizada que atinge muitos trabalhadores hoje em dia", afirma o diretor-geral da OIT, Guy Ryder. "A mudança que estamos observando, de relações de emprego tradicionais a um número maior de formas de emprego atípicas, em muitos casos está relacionada com o aumento da desigualdade e de taxas de pobreza. Além disso, essas tendências ameaçam perpetuar o círculo vicioso de fraca demanda mundial e lenta criação de emprego que caracteriza a economia mundial e muitos mercados de trabalho durante o período posterior à crise (de 2008)."